



[www.LeisMunicipais.com.br](http://www.LeisMunicipais.com.br)

Versão compilada, com alterações até o dia 08/11/2019

## LEI COMPLEMENTAR Nº 490, DE 04/05/2015

(Regimento Interno aprovado pelos Decretos nº [833/2017](#) e nº [4623/2019](#))

Dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Fundação de Ensino Técnico Intensivo "Dr. Renê Barsam" - FETI e dá outras providências. (Redação dada pela Lei Complementar nº [574/2018](#))

O Povo do Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei Complementar:

### Capítulo I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** A Fundação de Ensino Técnico Intensivo "Dr. Renê Barsam", tem autonomia administrativa e financeira, personalidade jurídica de direito público, prazo de duração indeterminado, sede e foro no Município de Uberaba, e tem a sua estrutura básica definida por esta Lei Complementar.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei a expressão Fundação de Ensino Técnico Intensivo "Dr. Renê Barsam", a palavra "Fundação" e a sigla "FETI" se equivalem. (Redação dada pela Lei Complementar nº [574/2018](#))

### Capítulo II

#### DA FINALIDADE

**Art. 2º** A Fundação de Ensino Técnico Intensivo "Dr. Renê Barsam" tem por finalidade promover a habilitação e qualificação profissional de jovens e adultos, bem como a elaboração e o desenvolvimento de projetos no âmbito da educação técnica, da especialização e qualificação para o trabalho, ciência e tecnologia, em consonância com as políticas estabelecidas pelas Secretarias Municipais de Educação, Desenvolvimento Econômico e de Desenvolvimento Social. (Redação dada pela Lei Complementar nº [574/2018](#))

Parágrafo único. A FETI tem como finalidade precípua:

I - preparar mão-de-obra especializada para atender à diversificação do mercado de trabalho exigida no desenvolvimento do município e da região, identificada por pesquisas de mercado ou solicitações da comunidade;

II - promover e divulgar cursos, seminários, estudo e pesquisas sobre assuntos relacionados as suas atividades;

III - organizar documentário referente à matéria de sua competência;

**Continuar**

IV - contribuir para a formação, habilitação e qualificação profissional de jovens a procura do primeiro emprego;

V - assegurar ao jovem com necessidade de amparo social o trabalho educativo, a escolarização e a profissionalização, segundo ditames da legislação vigente;

VI - desenvolver programas e atividades educacionais e profissionais que visem a integração do jovem com necessidade de amparo social na comunidade e na família;

VII - incentivar a prática de atividades sócio-educacional geradoras de emprego e renda;

VIII - contribuir para a formação humana e profissional;

IX - exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

### Capítulo III DA ESTRUTURA ORGÂNICA

**Art. 3º** A Fundação de Ensino Técnico Intensivo "Dr. Renê Barsam" tem a seguinte estrutura orgânica: (Redação dada pela Lei Complementar nº 574/2018)

I - Unidade Colegiada:

- a) Conselho Diretor;
- b) Conselho Fiscal;
- c) Presidente de Honra;

II - Direção Superior:

- a) Presidente;

III - Unidades Administrativas:

- a) Assessoria Jurídica;
- b) Auditoria de Controle e Gestão;
- c) Assessoria de Apoio ao Gabinete;
- d) Departamento de Planejamento, Gestão, Projetos e Convênios:
  - 1. Seção de Gestão de Pessoal;
  - 2. Gerência de Contabilidade e Finanças; (Redação dada pela Lei Complementar nº 589/2019)
  - 3. Seção de Tesouraria;
  - 4. Seção de Logística, Patrimônio e Arquivo;
  - 5. Seção de Compras e Licitação;
- e) Departamento de Iniciação Profissional:
  - 1. Seção Pedagógica e Educação Profissional;
- f) Departamento Bem Estar do Menor - PROBEM:
  - 1. Seção Psico Sócio Empresarial;
- g) Departamento de Desenvolvimento Profissional:
  - 1. Seção de Produção;
- h) Departamento de Captação de Recursos e Planejamento. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 589/2019)

Continuar

§ 1º Os órgãos a que se refere o caput deste artigo têm sua organização definida em regulamento. (Redação dada pela Lei Complementar nº 589/2019)

§ 2º As finalidade e competências das unidades previstas neste artigo devem ser estabelecidas em Decreto.

§ 3º Os cargos correspondentes às unidades mencionadas nos incisos II e III, deste artigo, são de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal.

#### Capítulo IV DO QUADRO DE PESSOAL E DOS CARGOS

##### Seção I Dos Cargos Comissionados

**Art. 4º** Fica instituído o Quadro de Servidores em Comissão da Fundação, constantes do Anexo I integrante desta Lei, no qual se discriminam as denominações, quantidades e referências de vencimento.

§ 1º Ficam assegurados, 38% (trinta e oito por cento) dos cargos em comissão para os servidores efetivos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 588/2019)

§ 2º Os cargos de que trata este artigo exigem dedicação integral e têm carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais;

§ 3º O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente na Administração Pública direta ou indireta, investido em cargo em comissão pode optar por uma das seguintes remunerações:

I - a remuneração do cargo em comissão;

II - a remuneração do cargo efetivo ou emprego, acrescida do percentual de 20% (vinte por cento) do respectivo cargo em comissão.

**Art. 5º** Ficam criadas 08 (oito) Funções Gratificadas Nível II, com valor correspondente a R\$ 554,47 (quinhentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e sete centavos) conforme legislação municipal vigente.

§ 1º As gratificações de que trata este artigo estão sujeitas à revisão geral anual, devida aos servidores públicos municipais, nos termos legais.

§ 2º A designação para o exercício da função de que trata o caput deste artigo se dá por ato do Presidente, nos termos de regulamento, sendo vedada a servidores temporários e exclusivamente comissionados.

##### Seção II (Revogada pela Lei Complementar nº 588/2019)

**Art. 6º** (Revogado pela Lei Complementar nº 588/2019)  
Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa [Política de Privacidade](#)

**Art. 7º** (Revogado pela Lei Complementar nº 588/2019)  
**Continuar**

**Art. 8º** (Revogado pela Lei Complementar nº 588/2019)

**Art. 9º** (Revogado pela Lei Complementar nº 588/2019)

**Art. 10** (Revogado pela Lei Complementar nº 588/2019)

## Capítulo V DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 11** A Fundação é regida pelas disposições desta Lei e por seu Estatuto, a ser aprovado por Decreto, dispondo sobre sua missão, objetivos, estrutura, organização, competências e funcionamento.

**Art. 12** São membros natos do Conselho Diretor:

I - O Secretário Municipal de Educação, que é o seu Presidente.

II - O Presidente da Fundação de Ensino Técnico Intensivo "Dr. Renê Barsam" é o Secretário-Executivo;  
(Redação dada pela Lei Complementar nº 574/2018)

III - O Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico;

IV - O Secretário Municipal de Finanças.

§ 1º O Conselho Diretor será composto de 08 (oito) membros efetivos e igual número de suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, sendo 04 (quatro) membros natos e 04 (quatro) membros indicados pelo Presidente, com mandato de 02 (dois) anos, admitida a recondução por igual período, escolhidos dentre cidadãos de nível superior de escolaridade e reputação ilibada e experiência relacionada com os objetivos da FETI;

§ 2º Fica criado o cargo de Presidente de Honra, que será indicado pelo Prefeito Municipal.

**Art. 13** O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pelo Presidente da FETI e nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de dois (02) anos, permitida uma recondução por igual período, escolhidos dentre cidadãos de nível superior de escolaridade, reputação ilibada e experiência profissional nas áreas fiscal e contábil.

**Art. 14** Os Presidentes dos Conselhos de que trata esta Lei têm direito, além do voto comum, ao de qualidade.

Parágrafo único. Os Presidentes dos Conselhos e os membros natos são substituídos em seus impedimentos eventuais pelo Secretário Adjunto das suas respectivas pastas, ressalvado o Presidente da FETI que é substituído por representante indicado pelo Prefeito Municipal.

**Art. 15** A função de Conselheiro e a de Presidente de Honra é considerada de relevante interesse público, não lhes cabendo qualquer remuneração.

**Art. 16** As disposições relativas ao funcionamento do Conselho devem ser fixadas em seu Regimento Interno, inclusive as formas e prazos para a indicação dos representantes.

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa [Política de](#)

**Art. 17** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à realocação de atividades e programas e à transposição de dotações orçamentárias em decorrência das modificações previstas nesta Lei.

**Continuar**

**Art. 18** Esta Lei deve ser regulamentada por Decreto, no que couber.

**Art. 19** Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Delegada nº 08, de 16 de dezembro de 2005, a Lei nº 10.013, de 10 de julho de 2006 e o inciso III, do § 1º, do art. 15, da Lei nº 4.648/1991.

**Art. 20** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Uberaba(MG), 4 de maio de 2015.

Paulo Piau Nogueira  
Prefeito Municipal

Rodolfo Luciano Cecílio  
Secretário Municipal de Governo

Download: Anexo - Lei complementar nº 490/2015 - Uberaba-MG  
([www.leismunicipais.com.br/MG/UBERABA/VAAANEXO-LEI-COMPLEMENTAR-490-2015-UBERABA-MG.zip](http://www.leismunicipais.com.br/MG/UBERABA/VAAANEXO-LEI-COMPLEMENTAR-490-2015-UBERABA-MG.zip))

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 07/06/2018*

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa [Política de Privacidade](#)

**Continuar**